



Eliane Cantanhêde 'Ano da colheita'

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

Se 2023 foi o ano do "Brasil voltou", 2024 está programado para ser o "ano da colheita" (ou dos palanques, inaugurações, PAC), como disse o presidente Lula no seu primeiro giro pelo Nordeste do ano, quando, além de tentar colher apoio para seu governo e votos para seus candidatos em outubro, tratou de plantar boas notícias para as Forças Armadas.

Quem planta colhe, mas plantar dá trabalho, custa caro e depende de São Pedro, do El Niño e dos fatos. Logo, Lula precisa plantar, aguar e cuidar bem de suas relações com Exército, Marinha e Aeronáutica, onde o grosso do eleitorado lhe virou as cos-

tas e votou em Jair Bolsonaro em 2022, apesar de todos os investimentos bilionários que ele fez em equipamentos e tecnologia para a área militar nos seus dois primeiros mandatos.

Navegam desta semana, Lula anunciou investimentos em três projetos da FAB: o parque tecnológico aeroespacial e o centro de tecnologia e aprendizagem, ambos na Bahia, e o primeiro câmpus avançado do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), justamente no Ceará, já que os alunos cearenses são campeões de notas nos vestibulares da instituição.

O presidente também dá uma passadinha por Pernambu-

co, com o comandante do Exército, general Tomás Paiva, para a posse do general Maurício Ribeiro no Comando Militar do Nordeste e para anunciar a

Em 2024, Lula colhe voto para seus candidatos em outubro e planta apoio para militares

construção da Escola de Sargentos em Paudalho. Bem... o projeto é em área de preservação ambiental e está dando o que falar, mas essa é uma outra história.

Enquanto planta e, vá lá, co-

lhe na área militar, Lula mexe num outro campo minado ao suspender norma criada por Bolsonaro que desobrigava pastores de recolher taxas previdenciárias em remunerações pessoais. A bancada evangélica reuniu tropas no Congresso, engatilhou as armas e trata como "perseguição" o que, no mundo laico, é questão de justiça tributária.

Se Lula deu vários tiros no pé nas viagens internacionais, dá sinais de que não será diferente nos giros domésticos. E já começou. Como alinhou-se à China e cutucou EUA em 2023, ele repete a dose agora, elogiando a educação chinesa e acusando novamente os EUA de "conluio" com

procuradores da Lava Jato contra empresas brasileiras. E ataca a "elite brasileira", que "nunca teve a intenção de educar o nosso povo". É a pura verdade, mas... e nos 14 anos em que o PT esteve no poder e virou "elite"?

Lula precisa ter cuidado com a língua e com a agenda. Fazer festa para retomar a refinaria Abreu e Lima (PE)? Lançada nos seus primeiros mandatos, com a PDVSA da Venezuela de Hugo Chávez, deu um trabalho: superfaturamento, calote, Lava Jato... E, afinal, a prioridade não é combustível verde? ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOBRADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONews em PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diego Schelp (quizenzenalmento) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenzenalmento) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Mario Luiz Sarrubbo

'Buscaremos força do Estado e respeito a direitos humanos'

Futuro secretário nacional de Segurança Pública defende integração das polícias no combate ao crime

ENTREVISTA

No Ministério Público de São Paulo há mais de 30 anos, assumiu a chefia do órgão em 2020. Em 2022, foi reconduzido ao cargo

PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

Escolhido pelo futuro ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para comandar a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mario Luiz Sarrubbo, aposta em inteligência e na integração entre o Ministério Público e as polícias para combater a criminalidade no País.

"A gente vai trabalhar para melhorar a situação de segurança e produzir resultados mais expressivos. Esta é uma preocupação do ministro. É necessário que se faça isso com diálogo e inteligência, e seguindo parâmetros de um estado democrático de direito. É um meio-termo que a gente tem de buscar: a força do Estado no combate ao crime com respeito absoluto aos direitos huma-

nos, à integridade e à dignidade da pessoa", disse ele em entrevista ao *Estadão*, ontem.

Como foram os diálogos com o ministro Ricardo Lewandowski?

Na visão dele e do governo, (*o País*) está enfrentando problemas com a segurança pública e é preciso alguém que possa articular uma maior integração das forças de Estado no combate à criminalidade como um todo, sob todos os prismas. Tenho histórico de trabalho na área criminal no Ministério Público de São Paulo e o ministro entendeu que é muito importante que o Ministério Público brasileiro possa participar dessa construção de diretrizes para que a segurança pública possa atingir níveis melhores. E seria também uma das funções trazer o nosso MP, integrar com o Federal, com as polícias, para que as forças de Estado possam estar alinhadas em um trabalho de inteligência, resolutivo, para que possa melhorar a aplicação de segurança da população.

A palavra da gestão vai ser integração?

Integração, inteligência, estratégia. O que se pretende é que a gente possa construir um trabalho de absoluta integração

entre os Ministérios Públicos Federal e estaduais e polícias estaduais, federal e militares para que a gente possa trabalhar com inteligência, com estratégia e em busca de uma melhor resolutividade. A gente vai trabalhar para melhorar a situação de segurança e produzir resultados mais expressivos. É necessário que se faça isso com diálogo e com inteligência, e seguindo parâmetros de um estado democrático de direito. Respeitar os direitos humanos, mas com a força necessária. É um meio-termo que a gente tem de buscar: a força do Estado no combate ao crime com respeito absoluto aos direitos humanos, à integridade e à dignidade da pessoa.

Qual será o principal foco do Ministério da Justiça?

"Temos de pensar na criminalidade como um todo, o crime organizado, a corrupção de agentes públicos e, principalmente, seguir o dinheiro"



Alguma coisa a gente conversou nessa linha de integração e inteligência, e cuidar também da lavagem de dinheiro, entender qual o caminho do dinheiro do crime organizado. As estratégias efetivamente vão ser definidas mais adiante. Mas posso assegurar que o foco principal é esse: percorrer o Brasil, conversar com todos os Estados, entender em que medida podemos nos integrar e fomentar boas políticas no campo da segurança pública.

Uma das prioridades vai ser o combate ao PCC?

Facções que atuam em todo o Brasil. Por isso a importância de a gente dialogar com todos os quatro cantos deste país, entender quais são as organizações que estão atuando, de que maneira nós, de uma forma profissional e inteligente, podemos fazer esse combate.

Há alguma estratégia adotada pelo Ministério Público paulista que pretende levar para a secretaria?

É muito aquela questão da trílice vertente. Temos de pensar na criminalidade como um todo, o crime organizado, a corrupção de agentes públicos e, principalmente, seguir o dinheiro. A partir do instante em que a gente corta o fluxo finan-

ceiro, que sabe para onde estão indo celulares roubados e o lucro das organizações que atuam na Amazônia, é aí que a gente vai avançar. Esta é a experiência que a gente tem aqui que, em âmbito nacional, pode trazer resultados expressivos.

Como coordenar 27 polícias com suas políticas próprias de segurança?

Vamos identificar pontos de convergência, onde a secretaria pode ter um papel importante de indução de boas políticas. Nossa ideia é propor boas políticas e colaborarmos, estarmos juntos na execução. O ministro é alguém com bastante diálogo, e eu tenho essa característica também.

O sr. pretende propor alguma mudança de legislação? Um endurecimento de penas, por exemplo?

Não descarto, mas acho que não há necessidade de grandes mudanças. Se a segurança pública fosse só um problema legislativo, já teria sido resolvida há muitos anos. Tem muito esse debate de "saidinha" de preso, câmara (*no uniforme de polícias*), mas esses não são, necessariamente, o grande problema. A segurança pública é muito mais ampla, tem um contexto social. Então nós vamos nos ater a políticas para que a gente tenha eficiência do sistema de polícia e de justiça.

O que explica o avanço desenfreado do crime organizado no Brasil?

A pobreza, a miséria. Tudo isso aliado a pessoas atuando em ilhas, pouca articulação nos Ministérios Públicos, entre Polícia Federal e polícias dos Estados. Essa desigualdade social é a raiz, na minha visão, de todos os males. O que não justifica que a gente tenha tanta insegurança. ●